

Limpeza política no Governo

JORNAL DE BRASÍLIA

26 JAN 1985

A reunião ministerial de caráter realizada no Ministério da Justiça, sob a presidência do ministro Paulo Brossard, marca o início de uma nova ofensiva política do Governo para fazer reverter a tendência na Constituinte desfavorável à aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Ela foi seguida de almoço em que o ministro Prisco Viana, um dos mais ligados a Sarney, reuniu um grupo de parlamentares do PMDB e do PFL e concitou todos eles a se rearticularem para viabilizar na Constituinte o mandato de cinco anos.

Mas um dos parlamentares que participou do encontro com Prisco saiu de lá desanimado, porque, segundo observou, não há sinais concretos por parte do Presidente da República de que houve uma mudança nos seus critérios de comportamento político e administrativo. Aliás, os senadores Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira, depois de uma conversa de quase três horas com Sarney saíram do encontro, segundo confessaram, mais desanimados do que quando ali chegaram, justamente pela falta de rumos políticos por parte do Governo. O deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, também esteve conversando com o Presidente e deixou o gabinete presidencial desencantado, segundo confessou a vários parlamentares de sua bancada.

Mas o grupo da chamada linha dura do Palácio do Planalto insiste junto ao Presidente Sarney para fazer uma limpeza política no Governo, que seria iniciada com o afastamento dos ministros Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado, todos eles ligados ao deputado Ulysses Guimarães. O principal visado por essa ação política é o ministro Renato Archer, porque se alega há bastante tempo, entre os íntimos de Sarney, que ele detém um dos mais poderosos instrumentos de ação política do Governo, representado

pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, com sua malha de interesses praticamente disseminada por todos os municípios brasileiros. Há queixas ainda de que as ordens emanadas do Planalto para fortalecer os que estão solidários com os cinco anos são simplesmente desobedecidas ou cumpridas com relutância até pelos escalões inferiores nos ministérios em que se faz sentir mais forte o peso da influência política dos ministros que dependem de Ulysses.

Argumenta-se que desarticulada a base política de poder que Ulysses detém, a candidatura do presidente do PMDB à sucessão de Sarney, que é tida no momento como irreversível, perderia a sua principal base de sustentação política, entrando em súbita queda livre para não mais viabilizar-se. De acordo ainda com o mesmo raciocínio, retirando-se Archer do Governo, isso iria também debilitar ainda mais a posição política do Governador Waldir Pires, da Bahia. O ministro Archer vem sendo acusado no Planalto de estar se valendo das verbas do seu Ministério para suprir de recursos o governador da Bahia, que sofre no momento verdadeiro cerco político por parte do Governo federal.

Ao mesmo tempo em que isso sucede, alguns ministros de Estado, como Ronaldo Costa Couto, da Casa Civil, e Ivan de Souza Mendes, do SNI, empenham-se em tentar reaproximar Sarney de Ulysses e vice-versa. Mas há quem especule que isso talvez não interesse a Ulysses, porque qualquer forma de reaproximação política com o Governo poderia lhe causar novos e irreparáveis danos políticos como candidato.

Conversa penosa

O presidente Sarney e o ministro Renato Archer, na tentativa de se acertarem politicamente, segundo fontes do Planalto, tiveram anteontem uma conversa difícil. Há quem julgue que Sarney esteja se preparando para provocar um rompimento político imediato com o

deputado Ulysses Guimarães e o próprio PMDB. O Governo volta a acreditar que pode cindir o PMDB e com isso provocar um novo realinhamento do quadro partidário nacional. Mas na conversa que Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira tiveram com Sarney esta semana, os três demonstraram a inviabilidade de qualquer projeto de criação de novos partidos, tendo em vista a proximidade das eleições municipais.

Mal-estar

Parlamentares de origem conservadora e até mesmo liberal, Constituintes, com as últimas concessões no campo dos direitos sociais, de estar inviabilizando economicamente o País. A gota d'água, segundo alegaram, foi representada pela decisão tomada pela Constituinte, que resolveu conceder oito dias de licença ao marido da gestante. Informa o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, que os dirigentes das principais entidades empresariais do País, inclusive Mário Amato, de São Paulo, estiveram reunidos ontem em Brasília, apreensivos com o que vem acontecendo. Albano revelou ainda o teor de conversa mantida com o empresário Antônio Ernirio de Moraes, o qual afirmou que as últimas decisões da Constituinte irão, em última instância, afetar a vida econômica nacional.

O deputado pernambucano Ricardo Fiúza, do PFL, ameaça inviabilizar a Constituinte daqui para a frente ou criar um impasse político insanável. O deputado Roberto Cardoso Alves adverte no mesmo tom: "Vamos votar agora a favor de tudo na Constituinte que resulte em desamor ao trabalho e desagrado ao capital estrangeiro". Acrescenta que irá se manifestar a favor da definição da empresa nacional que seja mais restritiva ao capital estrangeiro. O senador Mário Covas se defende alegando que todas as decisões foram tomadas pela maioria da Constituinte.